



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa



MESTRADO

CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**SISTEMAS DE COMBATE À FRAUDE E AS EXPECTATIVAS
DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA NA
DETEÇÃO DE FRAUDES DE RELATO FINANCEIRO**

PATRÍCIA TEIXEIRA DE MATOS

OUTUBRO - 2023



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa



MESTRADO

CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

**SISTEMAS DE COMBATE À FRAUDE E AS EXPECTATIVAS
DOS UTILIZADORES DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA NA
DETEÇÃO DE FRAUDES DE RELATO FINANCEIRO**

PATRÍCIA TEIXEIRA DE MATOS

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR: JOÃO AMARO SANTOS CIPRIANO

DOUTOR: EDUARDO ROQUE DO ROSÁRIO RÊGO

OUTUBRO - 2023

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Resumo

O presente relatório resulta da realização de um estágio curricular na área de auditoria junto da sociedade "Victor José & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda". Esta experiência estendeu-se por um período de aproximadamente 400 horas, tendo sido iniciada no final do mês de fevereiro de 2022. A sociedade foi estabelecida em 1995 sob a designação "Carlos José & Victor José – SROC" e destaca-se pela sua ampla carteira de clientes, que abrange tanto o setor público quanto o privado, englobando os três setores principais da economia: primário, secundário e terciário.

Este relatório apresenta um duplo sentido como seja: i) sistemas de combate à fraude; e, ii) expectativas dos utilizadores na deteção da fraude. Além disso, encontra-se organizado em três extensos capítulos nos quais se apresenta a empresa onde o estágio foi realizado, detalhando todas as tarefas executadas. Além disso, aborda-se o tema que serve como base para este relatório e é apresentado um caso real que ocorreu há uns anos com um cliente da entidade onde foi realizado o estágio.

A seleção do tema fraude no relato financeiro e as expectativas dos utilizadores da informação justifica-se pela sua complexidade na vida das empresas. Quando ocorrem casos de fraude dentro de uma organização, é crucial que esta adote uma abordagem proativa de forma a conseguir mitigar o seu impacto. Nesse sentido, a implementação de sistemas de controlo interno é considerada uma das medidas mais eficazes para detetar, reduzir e prevenir a ocorrência destes casos.

Em situações de fraude empresarial, é comum que os indivíduos tendam a responsabilizar os auditores, uma vez que esperam que estes, ao auditarem as demonstrações financeiras, sejam capazes de identificar todas as irregularidades nas operações das empresas. O estudo realizado teve como principal objetivo clarificar que a função dos auditores passa por dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras estarem livres de quais quer distorções materialmente relevantes.

Palavras-Chave: Fraude no relato financeiro; apropriação indevida de ativos; Expectation Gap; sistemas de controlo interno.

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Abstract

This report is the outcome of my completion of a curricular internship in the field of auditing at the firm "Victor José & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda." This internship lasted for approximately 400 hours, commencing in late February 2022. The company was founded in 1995 under the name "Carlos José & Victor José – SROC" and is distinguished by its extensive client portfolio, covering both the public and private sectors across the three primary sectors of the economy: primary, secondary, and tertiary.

This report provides a nuanced exploration, focusing on two key aspects: i) fraud prevention systems, and ii) user expectations in fraud detection. Furthermore, it is meticulously organized into three extensive chapters, offering an in-depth portrayal of the company where the internship unfolded, along with a detailed account of all executed tasks. Additionally, the report delves into the thematic underpinning and presents a historical case study involving a client of the entity where the internship was conducted, dating back several years.

The selection of the theme related to fraud in financial reports and the expectations of information users was justified by its complexity in the corporate world. When fraud occurs within an organization, it is imperative for the organization to adopt a proactive approach to mitigate its impact. In this regard, the implementation of internal control systems is widely regarded as one of the most effective measures for detecting, mitigating, and preventing the occurrence of such cases.

In instances of corporate fraud, it is a common tendency for individuals to attribute responsibility to auditors, as they anticipate that auditors, in scrutinizing financial statements, should be adept at identifying all irregularities in a company's operations. The principal aim of the conducted study was to elucidate that the core function of auditors is to offer an opinion on the financial statements being free from any materially significant distortions.

Key-words: Financial statement fraud; misappropriation of assets; Expectation Gap; internal control systems;

Agradecimentos

Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos ao Professor João Amaro Santos Cipriano pelo apoio prestado na elaboração deste Relatório de Estágio, assim como pela sua disponibilidade e empenho demonstrados ao longo deste processo. A orientação e dedicação do Professor foram cruciais para o êxito deste trabalho, e estou profundamente agradecida pela ajuda.

Ao Doutor Eduardo Roque do Rosário Rêgo por me ter concedido a oportunidade de realizar o estágio profissional na sociedade Victor José & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e posteriormente por me dar a oportunidade de ingressar aquando da conclusão do meu estágio como colaboradora da sociedade.

A todos os colaboradores da Victor José & Associados pela calorosa receção, pela paciência demonstrada, pelo valioso ensinamento e pela dedicação que me dispensaram.

A minha família merece um profundo agradecimento por ter estado sempre presente ao longo de todo este processo e por nunca me deixar desmotivar.

Ao meu namorado, pela sua assistência, compreensão, dedicação e, até mesmo, pela paciência demonstrada nos momentos mais desafiadores da minha vida académica e profissional.

E um agradecimento a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta minha etapa académica.

Muito obrigada!

Índice de Abreviaturas e Acrónimos

ISA – International Standards on Auditing

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

IIA – Institute of Internal Auditors

ROC – Revisor Oficial de Contas

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

VJA – Victor José & Associados

ASD Audit – Auditing Software Distributor

ASD Confirmations – Circulation and Confirmation Software for Audits

CLC – Certificação Legal das Contas

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

DMR – Declaração Mensal de Remunerações

FSE – Fornecimentos e Serviços Externos

EOEP – Estado e Outros Entes Públicos

Índice

Resumo -----	i
Abstract -----	ii
Agradecimentos -----	iii
Índice de Abreviaturas e Acrónimos -----	iv
Índice -----	v
Índice de Figuras -----	vi
Índice de Anexos -----	vi
1.Introdução -----	1
2.Revisão da Literatura -----	3
2.1.O que é a fraude -----	3
2.2. Condições para a fraude -----	5
2.3. Sistemas de combate à fraude-----	7
2.4. Importância da auditoria na deteção de fraudes no relato financeiro -----	9
2.5. Expectativa dos utilizadores da informação financeira -----	12
2.6. Desafios e limitações na deteção de fraudes-----	14
3. Apresentação da Empresa e do Estágio -----	16
3.1. Apresentação da Empresa -----	16
3.2. Descrição das Atividades do Estágio Curricular -----	17
3.2.1. Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) -----	18
3.2.2. Caixa e Depósitos Bancários -----	18
3.2.3. Estado e Outros Entes Públicos (EOEP) do Ativo e do Passivo -----	19
3.3. Considerações finais sobre o trabalho desenvolvido -----	20
4. Enquadramento Prático -----	21
4.1. Conhecimento do Negócio -----	21
4.2. Exposição da Problemática-----	22
4.3. Papel desempenhado pelo auditor-----	24
4.4. Procedimentos implementados pelo auditor para se salvaguardar-----	25
4.5. Procedimentos de controlo interno implementados pela empresa -----	27
5. Conclusões e sugestões de análises futuras -----	30
5.1. Conclusão -----	30

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação
Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

5.2. Sugestões de análises futuras -----	31
Referências Bibliográficas -----	32
Anexos -----	35

Índice de Figuras

Figura 1 - Triângulo da Fraude-----	6
Figura 2 - Diamante da Fraude-----	7
Figura 3 - Lacuna nas Expectativas de desempenho da auditoria-----	13

Índice de Anexos

Anexo 1 - Plano de Estágio-----	35
Anexo 2 - Balanço antes da auditoria às demonstrações financeiras da empresa -----	36
Anexo 3 - Demonstração de Resultados antes da auditoria às demonstrações financeiras da empresa -----	37
Anexo 4 - Balanço após auditoria às demonstrações financeiras-----	38
Anexo 5 - Demonstração de Resultados após auditoria às demonstrações financeiras -	39

1. Introdução

Este relatório de estágio curricular representa o culminar do meu percurso académico, com o objetivo de obter o grau de Mestre em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais. O estágio decorreu na área da Auditoria e Revisão de Contas, na empresa "Victor José & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda", uma sociedade com mais de 25 anos de existência, que conta com uma vasta carteira de clientes nos setores público e privado, abrangendo os três principais setores.

A escolha pela modalidade relatório de estágio substanciou-se no facto de apenas apresentar percurso académico e não ter experiência alguma no mercado de trabalho. A área da auditoria sempre foi tida em consideração para enveredar no mercado de trabalho e, com ajuda da instituição de ensino, surgiu a oportunidade de estagiar na empresa Victor José & Associados. O objetivo seria no final do estágio, caso o trabalho desenvolvido fosse do agrado da sociedade, acabar por ficar a laborar na mesma. O que se confirmou.

A fraude de relato financeiro, foi o tema escolhido pelo facto de ser uma questão tão complexa e presente na vida das empresas. Este tipo de fraude, compreende a ação deliberada e enganosa que visa a manipulação das informações financeiras de uma organização, com o propósito de apresentar uma representação distorcida do seu estado financeiro. A fraude no relato financeiro não só mina a confiança dos investidores e das partes interessadas, como também acarreta implicações substanciais para a estabilidade do mercado financeiro e para a economia global como um todo.

O presente relatório está estruturado em quatro secções distintas: (i) O primeiro segmento abrange a revisão da literatura relacionada com o tema, explorando a relevância da fraude e a importância da sua deteção, bem como os sistemas de prevenção e deteção de fraude mais amplamente utilizados. Além disso, analisam-se as expectativas dos utilizadores da informação financeira em relação ao trabalho do auditor, bem como as limitações inerentes aos sistemas de prevenção de fraude. (ii) A segunda secção apresenta um contexto prático, onde se destaca uma empresa que enfrentou desafios relacionados com a fraude. É descrito o papel crucial desempenhado

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

pelo auditor, os procedimentos adotados para a sua salvaguarda e os mecanismos de controlo interno implementados pela empresa. (iii) No terceiro capítulo, é apresentada a empresa onde decorreu o período de estágio, detalhando-se todas as tarefas desempenhadas durante esse período. Por fim, (iv) o quarto capítulo engloba as conclusões decorrentes do estágio realizado e do estudo elaborado, incluindo sugestões para investigações futuras.

2.Revisão da Literatura

2.1.O que é a fraude

O conceito de fraude pode ser encarado sob várias formas e pode, igualmente, envolver os mais diversos agentes económicos, podendo estes fazer parte da organização em causa, como membros integrantes da gestão de topo ou como colaboradores, podendo ainda envolver agentes externos à mesma como é o caso dos clientes, fornecedores, etc.

Muitas vezes, o conceito de fraude é confundido com o conceito de erro que de acordo com o dicionário de língua portuguesa, resulta de uma má compreensão ou de uma análise deficiente de um facto ou de um assunto. A ISA 240 (IAASB, 2018) acaba por corroborar esta premissa dizendo que o conceito de erro está intimamente relacionado com a fraude pois, a forma de os distinguir passa pela perceção da intenção de como é cometida a ação subjacente, ou seja, a fraude é uma ação cometida de forma premeditada, além de que, o risco de uma distorção material não ser detetada é mais elevado quando falamos de fraude. Para um auditor, as distorções materiais mais importantes passam pelo relato financeiro fraudulento e pela apropriação indevida de ativos.

A fraude não é exclusiva de um certo tipo de organização, tanto podendo ocorrer em empresas públicas como privadas, entidades sem fins lucrativos, ou em organizações que procuram contribuir para o bem-estar económico e social, como em departamentos governamentais e instituições financeiras. Em todos os setores surge a oportunidade de cometer fraude (IIA, 2019).

Segundo Elbling (2015), a fraude é cometida de forma deliberada e intencional e tem como único objetivo o ganho pessoal e/ou empresarial em prol de uma desvantagem e perda para outrem. Este autor deixa explícito que este conceito tem subentendido que ocorre fuga à verdade com o propósito de lesar o interesse de terceiros.

Brasiliano (2015, p.19), defende que a fraude é uma “ação intencional e com dolo praticada por agentes internos ou externos, sejam colaboradores, diretores da

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

empresa como seus prestadores de serviços alocados no ambiente empresarial, de forma não autorizada com vista a atentar contra os ativos empresariais suprimindo destes seus resultados”.

O termo fraude ainda pode ser utilizado para descrever comportamentos desonestos, como é o caso do suborno, corrupção, falsificação, falsa representação, conluio e ocultação de factos materiais. Contudo, o mais importante é perceber que para que um ato seja considerado fraudulento não tem de originar, necessariamente, um ganho, benefício ou perda real para outra pessoa, mas sim a intenção de obter um ganho ou causar uma perda (HM Treasury, 2012).

A ISA 240, diz-nos que os auditores prestam mais atenção às fraudes que dão origem a distorções materiais nas demonstrações financeiras que passam por:

- Apropriação indevida de ativos;
- Relato financeiro fraudulento.

Para Wells (2009) a apropriação indevida de ativos “Envolve o uso indevido de qualquer bem da empresa para benefício pessoal. Assim, os empregados que se servem de um computador da empresa fora de horas, para o seu negócio secundário, não roubam um bem, mas utilizam-no indevidamente para benefício próprio.”

Este tipo de fraude, e segundo a ISA 240, diz-nos que pode ser levada a cabo através das seguintes formas: (i) Desfalcar Recebimentos; (ii) Roubar ativos físicos ou propriedade intelectual; (iii) Pagamentos de bens e serviços não recebidos; e (iv) Usar ativos de uma entidade para fins pessoais.

O Relato financeiro fraudulento consiste em atos deliberados cometidos por indivíduos ou empresas com o intuito de distorcer a informação financeira de forma a enganar os utilizadores das demonstrações financeiras. Na génese deste tipo de fraude, e segundo o paragrafo §A3 da ISA 240 (IAASB, 2018) este tipo de fraude pode ser conseguido conforme o que se expõem de seguida:

- i. Manipulação, falsificação de registos contabilísticos ou documentos de suporte, a partir dos quais são preparadas as informações financeiras;

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

- ii. Declarações erradas ou omissões intencionais, nas demonstrações financeiras, de acontecimentos, transações ou outras informações significativas;
- iii. Aplicação indevida intencional de princípios contabilísticos relativos a quantias, classificação, forma de apresentação ou divulgação.

Rezaee (2005) descreve a fraude nas demonstrações financeiras como sendo “uma tentativa deliberada por parte das empresas de enganar os utilizadores das demonstrações financeiras, especialmente investidores e credores, através da preparação e divulgação de demonstrações financeiras materialmente distorcidas”.

As formas mais comuns de enganar os utilizadores da informação financeira passam por: (i) inventários com valores diferentes da realidade; (ii) passivos fictícios e/ou dívidas inexistentes, mantidas para tentar encobrir entrada de recurso não registada regularmente; e (iii) despesas lançadas na contabilidade em que não houve efetivamente a prestação de um serviço ou aquisição de uma mercadoria/serviços, entre outras (Lopo-Martinez, 2017).

Lopo Martinez (2017) acrescenta ainda que este tipo de fraudes é geralmente praticado pela gestão de topo de uma sociedade em conluio com os responsáveis técnicos, uma vez que têm todas as ferramentas para influenciar na manipulação dos registos contabilísticos e na ultrapassagem de controlos, produzindo informações falsas.

Posto isto, verificamos que é mais fácil detetar uma distorção material proveniente de fraude cometida pelos colaboradores de uma empresa do que pela gestão de topo, uma vez que estes têm mais possibilidade de manipular os registos contabilísticos (OCPCA, 2009).

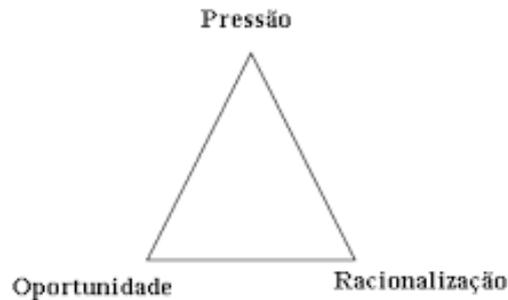
2.2. Condições para a fraude

O triângulo da fraude, foi desenvolvido em 1953 por Donald Cressey com o objetivo de tentar perceber o que leva os agentes a cometerem fraudes. Através desta teoria, conseguimos identificar os motivos que incentivam a ocorrência de fraude, por parte de um ou mais indivíduos.

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Cressey efetuou entrevistas a 250 pessoas que cometeram fraude, num período de 5 meses. Com este estudo, o autor descobriu que há três fatores que leva uma pessoa a cometer a fraude: pressão, oportunidade e racionalização (Figura 1).

Figura 1 - Triângulo da Fraude



Fonte: (Cressey, 1953)

Segundo Cressey (1953) o fator oportunidade surge do conhecimento que os indivíduos têm sobre os pontos fracos da empresa, ou seja, é uma fraqueza identificada no sistema da empresa que o individuo tem a capacidade de explorar, fazendo com que a fraude se torne possível.

Murdock (2008) afirma que a pressão pode depender de alguns fatores como sejam: financeiros, não financeiros, políticos e sociais. A pressão não financeira pode resultar de maus hábitos ou falta de disciplina como é o caso do vicio do jogo ou a toxicoddependência. Por outro lado, quando são mencionados os fatores políticos e sociais é no sentido de a pressão ocorrer quando as pessoas sentem que não podem enfrentar o insucesso devido à sua posição e/ou estatuto. Contrariamente ao autor citado acima, Rae & Subramaniam (2008) afirma que a pressão está relacionada com a motivação que as pessoas têm para cometer fraude, isto é, por ganância ou por motivos financeiros de cariz pessoal.

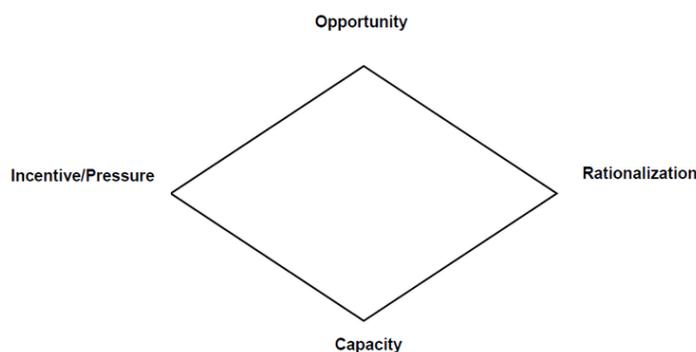
O terceiro fator é a racionalização que, segundo o estudo elaborado por Cressey, se refere às explicações que as pessoas dão de forma a tentar justificar a diferença entre a fraude cometida ser classificada com um ato imoral ou uma atividade ilegal. O estudo acrescenta ainda que, se os agentes conseguirem defender-se em relação à fraude cometida, então o mais certo é estarmos perante um ato imoral e não fraudulento (Cressey, 1953).

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Foi no ano de 2004 que Wolfe e Hermanson desenvolveram a teoria do diamante da fraude. Esta surgiu do facto de os autores considerarem que o triângulo da fraude poderia ser aperfeiçoado de forma a conseguir melhorar a prevenção e a deteção da fraude, ao introduzirem um quarto elemento: Capacidade (Rasha Kassem,2019). O principal objetivo explícito no desenvolvimento da teoria do diamante da fraude (Figura 2) consiste no facto das capacidades que um individuo possui, ou não, de cometer fraude possam ser analisadas separadamente na avaliação do risco de fraude.

Para Wolfe & Hermanson (2004) um individuo com capacidades de cometer fraude apresenta algumas características essenciais como são o caso da posição do individuo dentro da empresa, a sua inteligência (pois, tem de ser suficientemente inteligente para conseguir compreender e explorar as fraquezas do controlo interno), o seu ego, que tem de ser grande o suficiente para acreditar que não vai ser apanhado, tem de ser muito persuasivo para conseguir coagir outros indivíduos a praticar ou ocultar a fraude por ele cometida, e ter a capacidade de mentir de forma a encobrir qualquer fraude cometida e por ultimo tem de saber lidar bem com o stress.

Figura 2 - Diamante da Fraude



Fonte: Wolfe & Hermanson (2004)

2.3. Sistemas de combate à fraude

Os sistemas de combate à fraude são indispensáveis para assegurar a veracidade das informações financeiras de uma empresa e preservar os interesses dos *stakeholders*

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

envolvidos. Muitos foram os estudos desenvolvidos sobre este tema e em todos eles o fator que mais destaque ganha é o controlo interno.

Para COSO (2013) o controlo interno é caracterizado como sendo um “Processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, gerência e outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.”.

No ano de 1985, foi criado o organismo designado por National Commission on Fraudulent Financial Reporting, que era composta por representantes das principais associações profissionais da área financeira onde o primeiro tópico de investigação foi a análise dos sistemas de controlo interno das empresas. Mais tarde, este organismo passou a designar-se por COSO - *Committee of Sponsoring Organizations on the Treadway Commission*, com o objetivo de identificar as causas que levam a que as demonstrações financeiras sejam fraudulentas e, com isso, conseguir progredir no sentido de criar/desenvolver recomendações visem a mitigação destas situações. A definição apresentada pela ISA segue, de forma geral, as diretrizes da estrutura conceptual de controlo interno do COSO.

O COSO é uma entidade sem fins lucrativos dedicada à promoção da melhoria dos relatórios financeiros, com especial ênfase na ética e eficácia na implementação e cumprimento dos controlos internos, sendo apoiado por cinco das principais associações profissionais da área financeira nos Estados Unidos: *Institute of Internal Auditors* (IIA), pela *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e o *Government Accountability Office*.

No mesmo sentido, COSO (2004), considera que o controlo interno é um fator multidimensional que se pode definir como sendo “um processo conduzido pelo conselho de administração, gerência e outro pessoal da organização, projetado para fornecer uma garantia razoável relativa à realização dos seguintes objetivos:

- Eficácia e eficiência das operações;
- Confiança da informação financeira;
- Cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.”

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Outro fator importante para o combate à fraude é a avaliação do risco pois, dentro de uma empresa, há departamentos mais suscetíveis à ocorrência de fraude e como tal, a avaliação do risco permite direcionar de forma mais eficaz os recursos para adotar medidas que consigam mitigar os pontos mais críticos. As avaliações efetuadas devem ser realizadas com carácter de regularidade e atualizadas com uma maior frequência, de forma a ter em conta as mudanças significativas que ocorrem dentro do ambiente legal e operacional das empresas.

Segundo Carreira (2013), O Institute of Chartered Accountants in England and Wales, desenvolveu um *report* com o objetivo de ajudar a gestão de topo a implementar dentro da sua empresa um sistema de controlo interno fundamentado nos riscos de negócio. Adicionalmente, o *report* defende que este modelo é fundamental “na prevenção e deteção da fraude e no cumprimento da lei e regulamentos, de modo a salvaguardar a continuidade do negócio”.

Para além dos sistemas de combate à fraude mencionados e analisados acima, também é importante realçar o uso de softwares especializados de forma a ser possível identificar possíveis padrões de fraude na informação financeira, revisões regulares de procedimentos, e políticas financeiras com carácter regular.

Os sistemas antifraude são projetados para atender às necessidades e riscos específicos de cada empresa. Estes desempenham um papel vital na proteção dos ativos financeiros, mantendo a confiança das partes relacionadas e promovendo a integridade empresarial. À medida que as ameaças e o ambiente empresarial evoluem, é importante que as empresas melhorem e adaptem continuamente os seus sistemas de combate à fraude.

2.4. Importância da auditoria na deteção de fraudes no relato financeiro

A importância da auditoria na deteção de fraudes, tornou-se muito importante com o passar do tempo, pois esta envolve a revisão crítica e minuciosa dos registos contabilísticos, transações entre terceiros e partes relacionadas e dos controlos internos adotados pelas empresas. Com estas características, a auditoria permite a

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

identificação de erros, irregularidades e potenciais fraudes que possam vir afetar as demonstrações financeiras.

Com o desenrolar dos anos, temo-nos vindo a aperceber que as empresas estão cada vez mais expostas aos riscos que, em último caso, podem comprometer os objetivos prosseguidos pelas mesmas. O aumento da exposição aos riscos tem como principal fator a volatilidade dos mercados e o aumento da concorrência. Neste sentido, a auditoria, tem vindo assumir um papel cada vez mais importante na deteção de erros e fraudes materialmente relevantes e é considerada por muitos *stakeholders* como uma ferramenta de deteção, prevenção e combate à fraude.

Através da ISA 200 conseguimos perceber que a auditoria externa consiste numa análise às demonstrações financeiras “com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos utentes destinatários das demonstrações financeiras” (IAASB, 2018). Para tal, as empresas devem ser auditadas por profissionais qualificados que, embora sejam contratados pelas mesmas, devem adotar uma postura independente e imparcial na opinião que vão emitir.

Neste sentido, no final do ano de 2022 entraram em vigor as *ISQM - International Standard on Quality Management* que visam a implementação de uma abordagem integrada que inclui todo o processo de gestão de risco, bem como na incorporação de um conjunto de alterações fundamentadas nas soluções apresentadas pelas empresas. Neste sentido, a ISQM 1 aborda a gestão da qualidade para empresas que realizam auditorias e revisões de demonstrações financeiras e/ou outros serviços relacionados com a garantia de fiabilidade. Esta norma concentra-se na forma como as empresas de auditoria se estruturam para garantir a realização de auditorias de elevada qualidade, ou seja, foca-se na identificação dos riscos relacionados com o cumprimento dos objetivos de qualidade e nas medidas adotadas para mitigar esses riscos (OROC, 2022).

No seguimento da norma anterior, a ISQM 2 concentra-se na avaliação da qualidade do trabalho, abordando os critérios de seleção e elegibilidade do Revisor de Qualidade Independente, bem como as suas obrigações relacionadas com a execução e documentação da revisão de qualidade (OROC, 2022).

Esta nova norma internacional de gestão da qualidade, não se limitará apenas ao controlo durante e após o processo de auditoria. A sua implementação impõe um

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

acompanhamento e gestão dos serviços de auditoria, desde o início a partir do momento em que se analisa a pertinência de aceitar um novo cliente ou renovar com um cliente antigo.

A Lei 140/2015 (2015) refere que os revisores oficiais de contas (ROC) e as sociedades de revisores oficiais de contas (SROC), no exercício das suas funções, devem ser independentes face à entidade alvo de auditoria e não devem participar na tomada de decisões da entidade auditada. Auditores independentes, desenvolvem uma opinião imparcial sobre as demonstrações financeiras o que faz com que a probabilidade de conluio para cometer fraudes seja mais diminuta.

A auditoria assumiu um papel igualmente importante na avaliação dos sistemas de controlo interno. A avaliação destes sistemas envolve a definição de eficácia operacional dos controlos internos implementados nas empresas com o objetivo de conseguir identificar possíveis erros e/ou falhas no sistema. Esta avaliação pode ser levada a cabo por um auditor externo ou auditor interno. Ou seja, se por um lado, os auditores externos, procuram verificar a conformidade das suas operações através de análises de controlo interno, visando a credibilidade da informação financeira produzida pela organização, os auditores internos têm como objetivo expressar uma opinião no que respeita à eficácia da gestão da entidade (Morais & Martins, 2013).

Morais & Martins (2013) afirmam ainda que a importância da avaliação deste sistema é crucial para o desenvolvimento de um programa de auditoria, uma vez que, este é a base para a definição dos procedimentos a realizar, bem como para a definição do alcance e profundidade dos testes a efetuar na auditoria.

É importante ressaltar que a deteção de fraudes exige um grau elevado de experiência e pensamento crítico por parte do auditor, que aliado com uma cooperação entre a sua equipa de e a administração da empresa, é crucial para o esclarecimento de questões e investigar eficazmente suspeitas de fraude.

Podemos concluir que, a auditoria assume um papel fundamental que proporciona fiabilidade da informação financeira, e para detetar fraudes que possam vir a prejudicar a credibilidade de uma empresa e o seu desempenho no mercado onde se insere.

2.5. Expectativa dos utilizadores da informação financeira

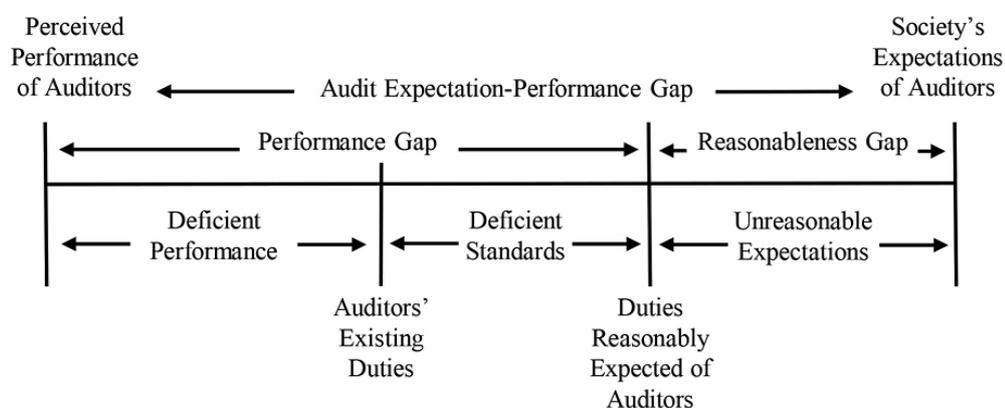
Através do estudo desenvolvido por Liggio (1974) surgiu o conceito de *expectation gap* que se via descrito como sendo a diferença entre os níveis de desempenho conseguidos pelos auditores e os esperados pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Com o desenrolar dos anos, muitos estudos foram desenvolvidos neste sentido, mas foi em 1993 que Porter surgiu com a ideologia aprofundada do conceito, pois este considerou que a definição de Liggio era muito restrita porque não tinha subjacente o facto de os auditores poderem não conseguir atingir o nível de desempenho esperado (Füredi-Fülöp, 2017).

Porter (1993) renomeou o conceito para “lacuna nas expectativas de desempenho de auditoria” e definiu-a como sendo uma diferença entre as expectativas que a sociedade tem em relação aos auditores e o trabalho por eles desenvolvido e a perceção que a sociedade tem referente ao desempenho dos auditores. De acordo com a Figura 3 percebemos que Porter dividiu o conceito em dois, como sejam:

- i) *Reasonableness Gap* que é caracterizada pela diferença entre aquilo que os indivíduos esperam que os auditores alcancem e aquilo que se pode razoavelmente esperar deles e por outro lado temos;
- ii) *Performance Gap* que consiste na diferença entre aquilo que os indivíduos podem razoavelmente esperar do desempenho dos auditores e aquilo que os auditores consideram atingível. Este conceito ainda foi subdividido em duas partes:
 - a) *Deficient Performance* que consiste na diferença entre o desempenho das funções esperadas de um auditor e o desempenho que os auditores consideram atingível;
 - b) *Deficient standards* que é a diferença entre o que se pode razoavelmente esperar dos auditores e os deveres que realmente são exigidos aos auditores

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Figura 3 - Lacuna nas Expectativas de desempenho da auditoria



Fonte: (Porter, 1993)

Através das várias definições sobre o tema, é perceptível que um dos motivos que leva ao aumento deste *Gap* é a falta de conhecimento por parte dos utilizadores da informação financeira no que diz respeito ao que é a auditoria e as funções do auditor. Numa tentativa de diminuição do *gap* existente, a ISA 700 (IAASB, 2018) clarifica a responsabilidade do auditor e a opinião deste sobre as demonstrações financeiras. A norma diz-nos que o relatório elaborado pelo auditor deve incluir “uma secção com o título “Responsabilidade do Auditor” e ainda deve explicar que as “normas exigem que o auditor cumpra requisitos éticos e que planeie e execute a auditoria para obter garantia razoável de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material” (IAASB, 2018).

A ISA 240 faz referência ao facto de os gestores de topo de uma empresa serem os responsáveis primários na prevenção e deteção da fraude, pois é importante que a prevenção de fraudes seja um ponto a ter em grande consideração, com o objetivo de ver mitigada a possibilidade de ocorrência da mesma (IAASB, 2018). A mesma norma, refere ainda que um auditor que se rege pelas *International Standard Auditing* (ISA), apenas é responsável pela obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade em como as demonstrações financeiras apresentadas como um todo estão livres de qualquer distorção material causada por fraude. É de realçar que uma “garantia razoável” não é

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

uma garantia absoluta de que as demonstrações financeiras estejam livres de qualquer distorção material.

O facto de o auditor ter de dar uma opinião independente sobre as contas, mas ao mesmo tempo ser contratado pela empresa e o facto de os indivíduos entenderem que o objetivo principal da auditoria é a deteção de fraudes, concede-lhes uma ideia errada. A elaboração de alguns estudos indica como fatores que contribuem para a existência do *expectation gap*: existência de expectativas erróneas sobre a auditoria, a natureza real do processo de auditoria e a responsabilidade do auditor em relação ao princípio da continuidade (CURTO, 2016).

O IIA (2019) menciona que não se deve esperar de um auditor interno ou externo aquilo que se espera de uma pessoa com responsabilidade primária de investigar fraudes, pois este tipo de auditorias são realizadas com mais qualidade e focadas para a problemática em causa.

Em suma conseguimos perceber que o *expectation gap* diminui quanto maior for a comunicação entre partes e quanto maior for a perceção que os indivíduos têm sobre a independência dos auditores (Salehi & Azary, 2009).

2.6. Desafios e limitações na deteção de fraudes

A fraude cometida nas demonstrações financeiras, em particular ao longo dos anos, tem vindo a causar um impacto bastante adverso e galopante, que incide não só sobre os investidores, mas também sobre a estabilidade das economias globais.

É importante perceber as limitações da auditoria no combate à fraude. Estas limitações, de forma geral, são do conhecimento dos auditores, contudo, os utilizadores da informação financeira desconhecem-nas. Uma das limitações sentidas pelos auditores é a materialidade. A ISA 320 refere que o conceito de materialidade é muitas vezes debatido nos referenciais de relato financeiro e estes assumem diversos temas como as distorções, incluindo as omissões, serem consideradas materiais se se esperar que, individualmente ou em conjunto, influenciem as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras. É de referir que não está estabelecido nenhum critério universal para a determinação de materialidade e como tal, o julgamento profissional do auditor é que é tido em conta (Elbling, 2015).

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Uma das limitações a considerar é o facto de o auditor ser responsável por obter uma garantia razoável que segundo a ISA 200, é alcançada quando o auditor conseguir prova de auditoria suficiente e apropriada de tal forma que consiga reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo. Esta constitui uma garantia razoável de fiabilidade, embora nunca absoluta, pois a maior parte da evidência de auditoria é obtida numa base persuasiva, não apenas conclusiva, devido ao facto de que a evidência é maioritariamente adquirida através de uma amostra.

Quando os órgãos de gestão são os agentes envolvidos em fraudes financeiras, é muito comum a adaptação de métodos pelos quais cometem fraudes de forma a dificultar a deteção da mesma. A sua deteção torna-se mais complicada, pois estes agentes conhecem bem as técnicas e softwares utilizados para a deteção de fraude, que geralmente consistem em informações públicas e de fácil acesso.

Segundo Zhou & Kapoor (2011), foram desenvolvidas e implementadas inúmeras técnicas de forma a ser possível detetar este tipo de fraudes, contudo, estas só se revelam bem-sucedidas num estado muito embrionário. Além disso, a fraude financeira está a tornar-se cada vez mais artilosa o que dificulta a sua deteção. Um agente de topo que conhece realmente a empresa onde trabalha e queira realmente cometer um crime tem os recursos necessários para enganar facilmente o sistema e é capaz de enganar qualquer mecanismo de deteção.

De forma a enfrentar esses desafios, as empresas devem enveredar por uma abordagem mais ampla que tem em consideração tecnologia de ponta, análise de dados e um forte compromisso com a regulamentação. Além disso, é crucial reconhecer que a deteção de fraudes é um trabalho contínuo que requer ajustes e melhoramentos constantes às mudanças nas estratégias dos indivíduos que cometem fraudes.

3. Apresentação da Empresa e do Estágio

3.1. Apresentação da Empresa

No âmbito do mestrado de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, a discente enveredou pelo relatório de estágio curricular, como trabalho final de mestrado, incidido na área de Auditoria Financeira. A escolha deste formato de trabalho final de mestrado e área em que este se debruça deve-se às unidades curriculares de auditoria frequentadas pela discente e por ser esta a área em que a aluna pretende começar a laborar.

O estágio curricular desenrolou-se na sociedade denominada por Victor José & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, com sede no centro de Lisboa, e foi constituída em 1995 tendo como atividade a Auditoria e a Revisão de Contas. A sociedade de revisores oficiais de contas encontra-se inscrita na ordem dos revisores oficiais de contas (OROC) sob o número 135 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) pelo número 20161449.

A VJA é uma sociedade que se prende pelo rigor, integralidade, enfoque no cliente e pela confiança e transparência que acaba por transmitir por contrapartida das relações duradouras que são estabelecidas com os clientes, através do princípio básico da confiança entre ambas as partes, pois oferece aos seus clientes, nos setores público e privado, instrumentos que visam a valorização e defesa dos ativos através da eficácia e independência.

Ao longo dos anos, a sociedade foi apostando no reforço da sua estrutura através da seletividade no recrutamento, das formações externas e internas apresentadas e nas qualidades e competências dos colaboradores, chegando a um quadro de profissionais constituído por quatro sócios (sendo que um dos sócios encontra-se com a sua atividade em suspenso por iniciativa própria), três auditores coordenadores, três auditores juniores e um membro administrativo.

As áreas de atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas prendem-se com a auditoria através da: (i) revisão legal e limitada das contas; (ii) auditoria de projetos subsidiados pela UE; (iii) relatórios de “Due Diligence”, entre outros. Outra área em que a VJA atua é a Fiscalidade através da: (i) Auditoria e assessoria fiscal; (ii)

apoio ao encerramento de contas e (iii) revisão dos procedimentos e preparação de dossiês de preços de transferência. A terceira área de atuação passa pela consultoria onde se proporcionam: (i) avaliações de empresas; (ii) elaboração de projetos de fusão e cisão; e (iii) levantamento e avaliação de sistemas de controlo interno. Por último, temos a área de formação à qual a sociedade dá grande enfoque pois esta está assente na formação contínua de ROC e seus colaboradores nas áreas da contabilidade financeira e pública, fiscalidade e auditoria.

3.2. Descrição das Atividades do Estágio Curricular

O estágio curricular decorreu durante um período de aproximadamente 400 horas que teve início em finais do mês de fevereiro do ano de 2022 e findou no início do mês de maio de 2022, e foi realizado tendo por base o cronograma de atividades (**anexo 1**) elaborado pela entidade de forma a chegar ao final de cada mês de trabalho com todas as competências necessárias para passar á etapa seguinte.

A primeira abordagem do estágio consistiu numa formação onde fiquei a conhecer a fundação da sociedade, os sócios e os colaboradores que a compõem, fomos introduzidos nas áreas e nos setores de atuação da sociedade e ficámos a perceber o trabalho que é desenvolvido diariamente num contexto organizacional de uma sociedade de revisores oficial de contas. As ferramentas mais utilizadas passam pelo Excel, o Word e o software adotado pela empresa o “ASDAuditor”.

O trabalho desenvolvido enquanto estagiária, consistiu no controlo de confirmações externas, onde passei por todo o processo, desde a seleção de saldos de terceiros, ao preenchimento das minutas, controlo sobre as respostas obtidas, isto é, se a resposta vinha discordante ver se era de forma acessível a sua reconciliação senão enviar um *e-mail* para o cliente a dar nota da diferença até à fase de arquivo.

Atualmente, a sociedade aderiu à plataforma “ASD Confirmations” que permite o envio de *e-mails* de forma automática, conseguimos ver se as respostas de terceiros vêm concordantes ou não mesmo antes de abrir a resposta e passado um período de tempo (definido pela sociedade) volta-se a enviar *e-mail* para a lista de terceiros dos quais não se obteve resposta.

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Depois de adquirir os conhecimentos no processo de circularização externa, comecei a desenvolver trabalhos nas áreas dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), e Estado e Outros Entes Públicos (EOEP), tanto no ativo como no passivo e na área da Caixa e depósitos bancários.

3.2.1. Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

O trabalho que desenvolvi nesta área começava pela elaboração de uma revisão analítica mensal a qual não só nos permitia ver a evolução da rubrica face ao período homólogo e a respetiva percentagem de variação como também permitia visualizar qual o mês que teve mais impacto na rubrica ao longo do ano. Após a análise da revisão analítica, procedíamos ao cálculo da amostra de itens a selecionar, que podia ter por base três pressupostos: (i) materialidade da rubrica; (ii) materialidade de execução; e (iii) erro tolerável. Os pressupostos adotar têm que ver com o impacto na rubrica para a empresa, ou seja, se os FSE representam risco baixo, médio ou elevado.

A amostra era calculada no programa de auditoria adotado “ASD Auditor” onde eram selecionadas as rubricas que tinham de ser analisadas, colocávamos a materialidade a adotar e o programa devolvia o número e os documentos que eram necessários para verificar. É de realçar que a quantia total analisada da rubrica não podia ser inferior à materialidade da rubrica em causa. Para a amostra não contavam as rubricas para as quais seria elaborado o teste global que normalmente são as rubricas dos seguros, analisadas tendo por base as apólices do exercício em análise, e a rubrica das rendas e alugueres, que é analisada através dos contratos celebrados.

No final da realização da verificação física dos documentos e da elaboração dos testes globais, procedíamos à retirada das conclusões obtidas e ao ajustamento/reclassificações necessárias, decorrentes do trabalho efetuado.

3.2.2. Caixa e Depósitos Bancários

O trabalho de auditoria nesta rubrica, começava com a construção de um quadro comparativo do exercício em análise face ao período homólogo, com as respetivas variações. Depois, procedemos à análise da conta de caixa, onde verificamos

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

a concordância entre os registos contabilísticos e as folhas de caixa, e analisamos as despesas pagas por esta via, bem assim como em regime funcionava a caixa. No que toca aos depósitos à ordem, procedíamos à comparação entre as respostas das instituições financeiras no processo de confirmação externa, e os registos contabilísticos, e caso existissem diferenças analisávamos as conciliações bancárias preparadas, de forma a perceber se estas diferenças dariam, ou não, direito a qualquer tipo de ajustamento. Nos depósitos à ordem também analisávamos as condições dos mesmos, verificando se o saldo que os compunha era concordante com o que estava registado na contabilidade da empresa.

Para esta rubrica, o mais importante é perceber se todas as contas que constam no mapa de base de dados do Banco de Portugal estão expressas na contabilidade, quem é que tem autorização para movimentar as contas da empresa em análise e se não há depósitos efetuados no final do exercício que possam estar a ser registados no exercício seguinte.

3.2.3. Estado e Outros Entes Públicos (EOEP) do Ativo e do Passivo

A análise da rubrica era iniciada com uma revisão analítica onde ficava espelhado o saldo do exercício passado, do exercício em análise e a sua variação. Posteriormente, eram solicitadas ao cliente as retenções de IRS de trabalho dependente e independente, as declarações de IVA quer fossem elas mensais ou trimestrais, conforme o volume de negócios, as contribuições para a segurança social e por último as Declarações Mensais de Remuneração (DMR).

Os testes elaborados nestas rubricas consistiam na comparação entre os registos contabilísticos e, as declarações efetivamente entregues e os respetivos pagamentos, de forma a verificarmos se a contabilidade espelhava de forma verdadeira as declarações e pagamentos efetuados e se estes foram feitos dentro dos prazos legalmente definidos.

Por último, através das certidões de não dívida solicitadas, verificávamos se a empresa era detentora de alguma dívida ao Estado (através da Autoridade Tributária) ou à Segurança Social.

3.3. Considerações finais sobre o trabalho desenvolvido

É de realçar que antes do começo do trabalho em qualquer rubrica, eram preenchidos os programas de trabalho e no final era preparado o “memo” de conclusões, que consiste numa folha resumo onde se expressa a revisão analítica e as suas variações, um breve resumo do conteúdo da rubrica, quais os ajustamentos propostos e quais as asserções impactadas, as normas contabilísticas que a empresa adota, alguma contingência fiscal que possa ter surgido e qual o reflexo da nossa opinião. Ao longo do trabalho está instituído que têm de ser feitas referência cruzadas de todas as informações externas aquele papel de trabalho de forma a dar suporte à nossa opinião. Todos os papéis de trabalho têm de estar os mais organizados e sintetizados possíveis de modo a poderem ser interpretados de forma imediata por todos os outros colaboradores que não tiveram intervenção no trabalho.

No final do trabalho de campo, todos os papéis de trabalho são revistos pelo coordenador responsável por aquele cliente e o seu *feedback* é deixado na secção administrativa do dossiê, de forma a podermos completar ou corrigir qualquer erro que possa ter surgido no decorrer do trabalho desenvolvido.

Ao longo do estágio curricular, foi-me dada a oportunidade de adquirir e aplicar conhecimentos nas áreas de auditoria e contabilidade através das ferramentas disponibilizadas, tive a oportunidade ainda de desenvolver trabalho nas instalações da entidade acolhedora e nas dos próprios clientes, o que me permitiu adquirir uma visão ainda mais ampla da profissão de auditor/revisor.

No final do estágio curricular consegui alcançar todos os objetivos que me propus quando entrei neste estágio, e, por conseguinte, foi-me dada a oportunidade de continuar a laborar na empresa que suporta este relatório.

4. Enquadramento Prático

Após a descrição e desenvolvimento do enquadramento teórico, e de forma alcançar o objetivo a que me propus com a elaboração deste relatório de estágio, este capítulo destina-se à parte prática onde irá ser abordado um caso de fraude no relato financeiro que aconteceu a um dos clientes da Victor José & Associados. De forma a salvaguardar os interesses do cliente e a respeitar as regras de confidencialidade, o seu nome não será mencionado em qualquer parte deste relatório e como tal, será conhecida por um nome fictício XPTO. É de referir que este cliente chegou à sociedade Victor José & Associados depois de ocorrer o caso de fraude.

Este capítulo iniciar-se-á com uma breve descrição do conhecimento do negócio em causa, a exposição da problemática e do que impulsionou a fraude cometida, o papel desempenhado pelo auditor, como este se conseguiu salvaguardar e que procedimentos foram implementados ao nível do controlo interno para que a empresa conseguisse recuperar do escândalo em que se viu envolvida.

4.1. Conhecimento do Negócio

A XPTO é uma sociedade anónima, constituída em 2001, líder de mercado em sistemas de informação onde apresenta como atividade principal a prestação de serviços de consultoria em sistemas de informação, comércio, importação e exportação e representação de "Hardware" e "Software". O objeto social da empresa compreende ainda o desenvolvimento de aplicações e a sua manutenção, a formação e auditoria na mesma área. Desenvolve ainda a representação e comercialização de produtos na área tecnológica da segurança de informação e gestão de redes para mercados nacionais e internacionais. Há mais de 20 anos que a empresa XPTO se movimenta num mercado de elevada concorrência na oferta de serviços de consultoria e sistemas de informação. No entanto, dentro da sua estratégia de crescimento está presente a mitigação do risco de negócio pela aposta na investigação e desenvolvimento de produtos próprios.

Durante a pandemia, a empresa sofreu com algumas das medidas governamentais adotadas em resposta à Covid -19, cujos efeitos foram sentidos de

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

forma muito menos acentuada no segundo ano da pandemia. Neste sentido, a empresa acabou por tomar medidas específicas para adequação à nova realidade socioeconómica, nomeadamente, no que respeita à nova realidade laboral e consequente relação com os clientes e parceiros. Como tal, esta manteve a sua atividade, focada nas tecnologias de informação, especificamente na segurança de informação e gestão de conformidade, com especial incidência nos sectores das telecomunicações, financeiro e de retalho.

Esta empresa, desenvolveu ainda serviços na área de consultoria, área que sendo a mais emergente e mais exposta ao mercado necessita de maior interação, tendo em conta a estratégia de crescimento elevado. No seguimento da decisão tomada, a empresa continuou o processo de consolidação de centro de competência de produtos próprios, quer potenciando os projetos desenvolvidos, quer alavancando novas ideias, que se traduzem em novos projetos a desenvolver e promover no mercado.

4.2. Exposição da Problemática

A empresa foi fundada por três sócios, sendo que o sócio maioritário detinha 52% do capital social e era o único autorizado a aceder às contas bancárias, aos extratos bancários e a autorizar os pagamentos. Até ao ano de 2018, os sócios minoritários, também administradores, não demonstravam grande interesse na gestão financeira da empresa, uma vez que estavam concentrados nas atividades ligadas aos sistemas de informação. No entanto, quando o CEO decidiu frequentar um curso no estrangeiro, o tempo que dedicava à empresa tornou-se limitado, levando os sócios minoritários a solicitar acesso às contas bancárias.

Foi através desse acesso que os sócios minoritários começaram a descobrir transferências que até então desconheciam e que estavam a ser realizadas para financiar férias de luxo, atividades de mergulho, aquisição de carros, obras de arte e despesas pessoais do próprio CEO. Essa apropriação ilícita de fundos ocorreu ao longo de um período de cinco anos, ou seja, de 2013 a 2018, envolvendo recursos da empresa e fundos europeus destinados a financiar atividades de investigação & desenvolvimento.

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

No ano de 2017, a empresa recebeu aproximadamente 11 milhões de euros em financiamento provenientes de fundos da União Europeia, destinados à realização de dois projetos conduzidos por parceiros liderados pelas duas empresas pertencentes ao grupo. Esta atribuição de fundos estava sujeita à condição de que 20% do montante total deveriam ser investidos em serviços contratados a outros membros dos referidos consórcios. Nos dias subsequentes às entradas de fundos, o sócio maioritário procedeu a uma série de transferências no valor total de 1,14 milhões de euros, divididas em 12 parcelas de 95 mil euros, direcionando esses fundos para a sua conta pessoal. As descrições dessas transferências incluíam o termo "Fornecedor" na tentativa de encobrir a verdadeira natureza das transações. Simultaneamente à apropriação de 1,14 milhões de euros de fundos comunitários, o sócio maioritário utilizou recursos da empresa para adquirir um veículo avaliado em cerca de 200 mil euros.

Devido à indevida utilização dos fundos financeiros, a empresa não conseguiu cumprir integralmente as suas obrigações junto da Comissão Europeia. Neste contexto, a Comissão tinha a intenção de rescindir a participação da empresa e das suas alianças nos projetos europeus em andamento.

Para além da apropriação indevida de ativos, o ex-sócio maioritário (a esta altura, este já estava afastado dos quadros societários) incorreu em fraude no relato financeiro. O relatório financeiro da empresa inicialmente apresentava um balanço de 48.477.765 euros (**Anexo 2**) e um resultado líquido para o período de 7.263.891 milhões de euros (**Anexo 3**). No entanto, após a realização da auditoria às contas do exercício de 2017, esse valor foi revisto para um total de 14.803.506 euros de balanço (**anexo 4**) e um resultado líquido negativo de 2.174.237 euros (**anexo 5**). Isso deu origem a uma distorção no resultado do período no montante de 9.438.128 euros.

Essa distorção compreendeu cerca de 2,8 milhões de euros relacionados com outras contas a receber do ex-sócio maioritário, cuja recuperação estava pendente de decisões judiciais cujo desfecho era incerto. Além disso, uma auditoria realizada pela Comissão Europeia identificou fundos disponibilizados por eles que ainda não estavam contabilizados como subsídio ao investimento, no montante de 2,3 milhões de euros. Houve também uma correção nas contas que teve um impacto negativo de 38,4 milhões de euros nos capitais próprios.

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Em suma, este escândalo financeiro resume-se a uma apropriação de ativos no montante global de 5.1 milhões de euros, apropriação de fundos da União Europeia no valor de 5.2 milhões de euros e uma distorção propositada das demonstrações financeiras num montante de cerca de 5 milhões de euros. É importante realçar que o risco de perda de garantia patrimonial era elevadíssimo, uma vez que o ativo do ex-sócio era bastante inferior ao valor do seu passivo e este, por sua vez, encontrava-se a dissipar o seu património.

4.3. Papel desempenhado pelo auditor

Como já foi mencionado, a Víctor José & Associados foi requerida para auditar as contas da empresa XPTO já depois da ocorrência das práticas fraudulentas.

Posteriormente a isso, não era certo que empresa não tivesse Certificações Legais de Contas emitidas, até então, pois a VJA não conseguiu acesso a nenhuma delas. Através da informação obtida junto da empresa, a VJA percebeu que não havia nenhum trabalho elaborado para que fosse possível obter uma opinião sobre as demonstrações financeiras da XPTO, o que fez com que o caso de fraude tenha demorado mais a ser detetado.

A finalidade da auditoria prestada pela VJA passava pela elaboração de uma auditoria financeira às contas da XPTO para os exercícios de 2017 e 2018 com o objetivo de não só dar um parecer sobre as demonstrações financeiras da empresa como também proceder a um levantamento de todas as práticas contabilísticas adotadas até então e por sua vez, perceber o impacto positivo ou negativo que estas poderiam vir a ter naquele momento e para o futuro da empresa.

O papel desempenhado pela equipa de auditoria também passou pela conferência das contas correntes das empresas do grupo, visto que, o ex-sócio era o antigo diretor financeiro de todas as empresas do grupo XPTO e ainda fazia passar o dinheiro por várias empresas do mesmo de forma a disfarçar as transações dos fundos da empresa para a sua conta pessoal.

No final, depois deste levantamento e da elaboração do trabalho de campo, foi requerido aos auditores foi a contribuição para a implementação de práticas de

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

controlo interno pois, até à data em questão, não havia qualquer controlo implementado e/ou adotado pela empresa.

É de realçar que a partir do trabalho desenvolvido, a empresa aceitou todas as reservas que a empresa de auditoria identificou, começou a implementar práticas de controlo interno e ao longo dos anos a empresa tem conseguido colmatar as reservas que foram identificadas com a primeira auditoria às contas efetuadas (ano de 2017).

4.4. Procedimentos implementados pelo auditor para se salvaguardar

Os auditores desempenham um papel fundamental na deteção e prevenção de irregularidades nas organizações. Com o objetivo de se protegerem contra a ocorrência de práticas fraudulentas, estes profissionais implementaram um conjunto de procedimentos e métodos.

Um dos procedimentos adotados envolveu a determinação da Materialidade que se revelou elevada. Embora este cálculo seja um processo mandatário, nesta auditoria em específico foi utilizada a percentagem mais elevada num intervalo de 0.5% e 2%. Esta foi calculada com base no programa de auditoria que a sociedade de revisores adotou, o *ASD Audit*, tendo em consideração 2% do volume de negócios de 8,9 milhões de euros como referência. Foi estabelecido que distorções materialmente significativas corresponderiam a 70% desse valor, enquanto erros considerados triviais seriam de 5%. O cálculo da materialidade teve por base o julgamento realizado pelo auditor, que, entre um intervalo de confiança que variava de 0.5% e 2% entendeu que 2% era mais que suficiente. Além disto, o auditor deixou evidência das suas decisões relativamente a valores base de cálculo e percentagens a aplicar. Embora a percentagem utilizada tenha sido a mais elevada, na empresa já se encontrava a decorrer um processo junto da Autoridade Tributária e, anteriormente a isso, a comissão europeia já tinha solicitado e realizado uma auditoria às contas da empresa.

A equipa de auditoria, procedeu ao levantamento/ realização de um questionário de controlo interno onde foram identificadas as áreas com maior e menor risco de controlo interno. As áreas com um risco mais elevado eram: Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis, Créditos a Terceiros, Vendas, Outros Créditos a Receber e

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Outras Dívidas a Pagar/ Subsídios à Exploração. De todas estas áreas os problemas que se levantaram foram os seguintes:

- i. Ativos Fixos Tangíveis: devido à inexistência de conciliação dos registos contabilísticos vs listagem de imobilizado vs ativos existentes fisicamente;
- ii. Ativos intangíveis: eram capitalizados gastos com Investigação interna de projetos que não obedecem aos requisitos Ativo Intangível;
- iii. Outros créditos a receber: existência de valores a receber do ex-sócio cujo recebimento depende de decisões judiciais que não eram conhecidas.
- iv. Outras dívidas a pagar/ subsídios à exploração: havia uma incorreta reflexão das dívidas a parceiros no âmbito de projetos de I&D cofinanciados pela União Europeia, em que a empresa atuava como líder.

As áreas onde não se identificou risco de controlo interno são: (i) caixa e depósitos bancários; (ii) fornecedores; (iii) estado e outros entes públicos; (iv) financiamentos obtidos e (v) gastos com o pessoal. Na área de fornecedores a empresa consegue ter um controlo adequado das dívidas a pagar a fornecedores de serviços. A área de gastos com pessoal como passou a ser efetuada por uma empresa externa, passou a oferecer mais confiança.

Alem das áreas mencionadas, a relativa a caixa e depósitos bancários também apresenta um risco de controlo baixo porque depois dos atos fraudulentos, as contas bancárias passaram a ser movimentadas apenas pelos membros do conselho de administração, os pagamentos só se passaram a efetuar com a autorização da direção financeira e posteriormente da administração e todas as verbas entradas na empresa passaram a sê-lo exclusivamente por transferências bancárias.

Adicionalmente, foi elaborada uma avaliação do risco inerente associado à empresa XPTO, tendo sido entendimento da equipa de auditoria atribuir um risco inerente moderado, uma vez que a empresa apresentava capitais próprios negativos, baixos índices de solvabilidade e autonomia financeira na sequência dos ajustamentos às contas referentes à quantificação dos bens indevidamente apropriados pelo ex-sócio. Adicionalmente a empresa apresentava valores em dívida de montantes bastante significativo à Autoridade Tributária na sequência de correções fiscais. Dar nota que esta avaliação teve por base um questionário com uma quantia considerável de

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

perguntas onde o auditor atribui notas de 0% a 100% consoante o nível de conhecimento que detém do negócio e da informação a que foi tendo acesso.

No fim da auditoria foi emitida a Certificação Legal das Contas (CLC) onde foram relatadas todas as matérias de interesse identificadas durante a auditoria às demonstrações financeiras. Esta certificação mencionou as reservas colocadas, quais as bases que foram tidas em conta para a formalização da opinião do auditor, bem assim como a responsabilidade do órgão de gestão, do órgão de fiscalização e do auditor (é de realçar que todas as referências mencionadas anteriormente apenas dão ênfase ao conteúdo presente na certificação legal das contas). Para além do que foi referido, a certificação deu ênfase a uma incerteza material relacionada com a continuidade da empresa, pois as demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o pressuposto da continuidade e, no entanto, ao apresentar-se capitais próprios negativos estamos perante uma prova considerável de que estes estão perdidos. Além disto o ativo corrente é bastante inferior ao passivo corrente o que significa que se a empresa passar por outro momento menos favorável, se tentar dissipar o seu ativo, este não vai ser suficiente para liquidar todo o seu passivo.

4.5. Procedimentos de controlo interno implementados pela empresa

Como foi mencionado anteriormente, um dos papéis desempenhados pelo auditor quando os seus serviços foram requisitados foi a contribuição para a adoção de melhores práticas de controlo interno, de forma que a empresa daí em diante, as fosse implementado com o objetivo não só melhorar de os seus indicadores e a saúde financeira, como também conseguir mitigar os problemas suscitados pelas reservas expressas na certidão legal das contas. Para tal, foram tidos em conta as áreas que representavam um risco mais elevado de controlo interno para a empresa e, área a área, foram-se apresentando os procedimentos que a empresa tem vindo adotar até à presente data.

Em relação à área de Ativos fixos tangíveis, a empresa passou a efetuar uma inventariação física dos mesmos e conseqüentemente de itens obsoletos ou que ainda não se tenham abatido nos registos contabilísticos. Desta forma a informação contabilística nesta área passou a corresponder aos ativos efetivamente existentes.

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Na área dos Ativos Intangíveis / Subsídios à exploração, uma das medidas implementadas pela empresa, e que até à presente data ainda se mantém é a elaboração de um relatório de desenvolvimento dos projetos a partir do qual os auditores no decorrer do seu trabalho consigam perceber em que ponto se encontravam os projetos, pois se estes ainda estiverem numa fase de pesquisa os respetivos dispêndios devem ser contabilizados como gasto e não cumprem os critérios de reconhecimento como Ativo Intangível previstos nos §§ 13 a 17 da NCRF 6, a saber: existência, controlo e capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

Em Caixa e depósitos bancários embora apresentasse um risco de controlo baixo, a empresa começou a realizar conciliações bancárias numa base mensal, onde os itens em conciliação são analisados tempestivamente. Também na área dos Gastos com pessoal, apesar do risco ser muito reduzido, as remunerações dos colaboradores e órgãos sociais começaram a ser processadas externamente.

Na área de outras dívidas a pagar, a empresa começou a elaborar um balancete de todas as contas das empresas subsidiárias, uma vez que representavam uma grande fatia do saldo de fornecedores, de forma a conseguir cruzar a informação entre empresas do grupo, perceber quais as datas de vencimento das dívidas, e o mais importante, fazer com que os vários saldos intragrupo das diversas empresas conciliem.

Relativamente aos subsídios à exploração, e de forma a conseguir implementar um controlo sobre os montantes recebidos pela União Europeia, a sociedade de auditoria começou a realizar validações de todas as despesas que contribuíram para a realização e desenvolvimento de cada projeto, tanto em recursos humanos como de gastos com deslocações, materiais, entre outros. O trabalho da auditoria passa por perceber se estas despesas são elegíveis para subsídio e se são incorridas dentro do período designado nos termos de aceitação. Após o aval das validações efetuadas, a empresa procede à submissão dos pedidos de pagamento.

No que toca à área de outros créditos a receber, a empresa procedeu à elaboração de contratos com as empresas do grupo de forma a permitir aferir sobre as condições de reembolso e remuneração, e no âmbito da auditoria começou-se a proceder a pedidos de confirmação externa com a decomposição dos saldos de forma a preparar-se mensalmente informação por antiguidade de saldos. Nesta área estão contemplados os valores que se encontram por receber do ex-sócio, cujo recebimento depende de

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

decisões judiciais que ainda não são conhecidas, e para as quais a empresa passou a reconhecer perdas por imparidade.

Por último, na área de vendas, a empresa detém um número substancial de transações com partes relacionadas e era complicado apurar com fiabilidade os serviços prestados. De forma a tornar mais transparentes estas transações, os descritivos das faturas passaram a ser mais claros. Além do mais a empresa passou a dispor de um dossiê de preços de transferência, de modo a conseguir cumprir com o disposto no artigo 63º do código do IRC.

A empresa não dispõe de um manual de procedimentos internos devidamente uniformizado e comunicado aos colaboradores. As diretivas de atuação e respetivos procedimentos são comunicados de modo avulso de forma a responder em cada momento às necessidades de informação da Administração. No entanto, na sequência do litígio com o ex-sócio, a empresa tem vindo a proceder a uma revisão profunda das práticas de Governação e reorganização dos processos administrativos e financeiros.

5. Conclusões e sugestões de análises futuras

5.1. Conclusão

Este Trabalho Final de Mestrado teve por base a realização de um estágio curricular na sociedade Victor José & Associados que permitiu não só a conclusão da minha etapa académica como me deu a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho e ter um contacto real com os vários sectores. Este relatório de estágio teve como objetivo temático principal a perceção das motivações que levam os indivíduos a cometer fraude no relato financeiro e quais as expectativas dos utilizadores perante o trabalho desenvolvido pelo auditor. Para tal, iniciou-se com uma revisão da literatura, na qual se abordaram os vários entendimentos existentes sobre a fraude, a forma como esta pode ser combatida ou atenuada e as expectativas que os utilizadores da informação financeira têm sobre os auditores.

A fraude é um tema bastante sensível que acaba por estar presente em todas as sociedades, por ser concretizada de diversas formas podendo ainda envolver os mais diversos agentes económicos, que podem fazer parte da organização em causa, como membros integrantes da gestão de topo ou como colaboradores. Em muitos casos, quando os utilizadores da informação financeira tomam consciência da ocorrência de fraude, a primeira frase que lhes ocorre perguntar é "mas a empresa é auditada, como é que não se detetou mais cedo?". E é aí que entra o designado *Expectation Gap*. A falta de conhecimento por parte dos utilizadores da informação financeira no que diz respeito ao papel da auditoria e as funções do auditor, faz impulsionar este *Gap* pois aos auditores, apenas lhes compete a responsabilidade em obter a garantia razoável de fiabilidade em como as demonstrações financeiras apresentadas como um todo estão livres de qualquer tipo de distorção material motivada por erro ou por fraude.

A empresa XPTO, foi a empresa escolhida para ser aprofundada neste relatório com o objetivo de apresentar um caso prático e de interligar todo o conhecimento adquirido na parte de revisão da literatura. Esta empresa é um caso real que se passou não há muito tempo e que demonstra como a gestão de topo também pode estar envolvida em casos de fraude. Neste caso não estamos só a falar de fraude no relato

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

financeiro, mas também de apropriação indevida de ativos da própria empresa e de fundos da União Europeia.

O caso desta empresa também demonstra a importância do papel do auditor pois, neste caso a auditoria consistiu no levantamento de procedimentos e de práticas contabilísticas e contribuiu para a implementação de controlos internos. A empresa conseguiu perceber a verdadeira importância do papel da auditoria e, com a sua ajuda, já conseguiu diminuir as reservas colocadas na primeira emissão da CLC e ainda conseguiu implementar controlos internos que até à realização da auditoria não existiam.

A realização do estágio curricular colocou-me em contacto com uma carteira muito variada de clientes, incluindo a empresa antes mencionada, tendo-me ainda permitido aprender e consolidar todas as áreas abordadas no Mestrado de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças sempre com o foco mais direccionado para a auditoria financeira.

5.2. Sugestões de análises futuras

Através da realização deste relatório sobre o tema da fraude, percebeu-se que o tema foi abordado de forma sucinta tendo em conta todas as formas que a mesma pode assumir. Como tal, sugere-se o estudo mais pormenorizado sobre a implicação dos órgãos de gestão em questões de fraude, comparando informação de diversos setores de atividade.

Será igualmente interessante perceber, se o facto de a importância/reputação e o volume de negócios ou de movimentação de fundos numa empresa são fatores determinantes para a ocorrência de fraude e se isso está intimamente relacionado com características específicas dos setores de atividade.

O estudo foi muito direccionado para o controlo interno como sistema de combate e prevenção da fraude, mas assim como este, existem vários tipos de sistemas que podem ser adotados, como é o caso do uso de softwares especializados na identificação de possíveis padrões de fraude na informação financeira

Referências Bibliográficas

- Board, I. A., and A. S. (2020). *International Auditing and Assurance Standards Board*
® *Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements 2020 Edition: Vol. I.*
- Brasiliano, A. (2015). *Gestão De Risco De Fraude: Fraud Risk Assessment Fra (Sicurezza, Ed.; 1º).*
- Carreira, F. J. (2013). *Controlo Interno Francisco José Alegia Carreira.*
- Committee Of Sponsoring Organizations on The Treadway Commission. (2004). *COSO Enterprise Risk Management – Integrated Framework.*
- Cressey, D. (1953). *Other People's Money; A Study Of The Social Psychology Of Embezzlement.*
- Curto, A. C. (2016). *Independência Na Aparência: A Perspetiva Dos Auditores E Dos Utentes Do Relatório De Auditoria.*
- Elbling, P. D. (2015). *Fraude E Sua Simplicações Em Auditoria.*
- Füredi-Fülöp, J. (2017). *Factors Leading to Audit Expectation Gap: An Empirical Study In A Hungarian Context. Theory, Methodology, Practice, 13(2), 13–23, Disponível em: <https://doi.org/10.18096/Tmp.2017.02.02>*
- Murdock. (2008). *The Three Dimensions Of Fraud: Auditors Should Understand The Needs, Opportunities, and Justifications That Lead Individuals To Commit Fraudulent Acts.*
- Hm Treasury. (2012). *Fraud and The Government Internal Auditor.*
- lia. (2019). *Fraude E A Auditoria Interna.*
- International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2018). *International Standard on Auditing 200 – Overall Objectives of the Independent Auditor and the Conduct of an Audit in Accordance with international Standards on Auditing*

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2018). International Standard on Auditing 240 - The Auditor's responsibilities Relating to Fraud in an Audit of Financial Statements

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2018). International Standard on Auditing 320 – Materiality in Planning and Performing an Audit.

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2018). International Standard on Auditing 700 – Forming an Opinion and Reporting on Financial

Lei 140/2015. (2015, September 7). Estatuto da Ordem Dos Revisores Oficiais De Contas. Diário Da República N°174.

Liggio, C. D. (1974). The Expectation Gap: The Accountant's Legal Waterloo? Journal Of Contemporary Business, 3, 27–44.

Lopo Martinez, A. (2017). Fraudes De Relato Financeiro E A Tutela Jurídico-Penal.

Morais, G., & Martins, I. (2013). Auditoria Interna: Função E Processo (Áreas Editora, Ed.; 4º).

OCPCA. (2009). Norma Internacional De Auditoria 240 As Responsabilidades Do Auditor Relativas A Fraude Numa Auditoria De Demonstrações. 610, 156–207, disponível em: [Http://ifrs.Ocpcangola.Org/ifrs/Wp-Content/Uploads/2017/07/A013-2012-iaasb-Handbook-Isa-240-Pt.Pdf](http://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/Wp-Content/Uploads/2017/07/A013-2012-iaasb-Handbook-Isa-240-Pt.Pdf)

Porter, B. A. (1993). An Empirical Study of The Audit Expectation-Performance Gap. Accounting and Business Research, 49–68.

Rae, K., & Subramaniam, N. (2008). Quality of Internal Control Procedures: Antecedents and Moderating Effect on Organizational Justice and Employee Fraud. Managerial Auditing Journal, 23.

Rasha Kassem, A. H. (2019). The New Fraud Triangle Model. Journal of Emerging Trend in Economic and Management Sciences, 191–195.

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

- Rezaee, Z. (2005). *Causes, Consequences, and Deterrence of Financial Statement Fraud. Critical Perspectives on Accounting*, 16(3), 277–298, Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1045-2354\(03\)00072-8](https://doi.org/10.1016/S1045-2354(03)00072-8)
- Salehi, M., & Azary, Z. (2009). *Fraud Detection and Audit Expectation Gap: Empirical Evidence From Iranian Bankers. International Journal of Business and Management*, 3(10), Disponível em: <https://doi.org/10.5539/ijbm.v3n10p65>
- Wells, J. T. (2009). *Manual da Fraude na Empresa: Prevenção e Detecção (2º)*. Almedina.
- Wolfe, D. T., & Hermanson, D. R. (2004). *The Fraud Diamond: Considering the Four Elements of Fraud*, Disponível em: <https://digitalcommons.kennesaw.edu/facpubs>
- Zhou, W., & Kapoor, G. (2011). *Detecting Evolutionary Financial Statement Fraud. Decision Support Systems*, 50(3), 570–575, Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.dss.2010.08.007>
- OROC. (2022, September). *Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1. OROC*, Disponível em: <https://www.oroc.pt/>

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Anexos

Anexo 1 - Plano de Estágio

OBJETIVOS A ATINGIR	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER
1. Conhecimento da organização interna da SROC	Assimilar a estrutura interna existente e bem como as tarefas afetas a cada colaborador
2. Conhecimento da carteira de clientes e das várias áreas de negócio dos mesmos	Consulta dos arquivos permanentes disponíveis e indagações junto dos colaboradores mais experientes (dossier de trabalho) Participação em reuniões preparatórias com o cliente e em reuniões de planeamento com a equipa de trabalho
3. Integração nos diferentes âmbitos do trabalho	Conhecer os termos e prazos contratados com o cliente
4. Participação na realização do planeamento das atividades a desenvolver em função da identificação dos riscos chaves do negócio, aspectos regulamentadores e estatutários e âmbito do trabalho	Recolha de informação sobre o sistema de gestão, processos e instalações junto do cliente Verificação da documentação já existente (auditorias continuadas) ou de trabalhos de âmbito similar
5. Avaliação dos procedimentos de controlo interno existentes na empresa com vista a definir a extensão dos testes de auditoria a realizar	Utilização de questionários direcionados para as diferentes áreas e realização de testes para validação das respostas obtidas pelos responsáveis do cliente
6. Conhecimento da organização do arquivo corrente e análise crítica da documentação	Consulta dos arquivos já existentes e participação na elaboração de novos arquivos Conhecimento dos programas de trabalho existentes e sua forma de utilização Leitura e execução de programas de trabalho específicos para determinadas áreas de acordo com as necessidades de cada cliente Assimilar a informação com o objectivo de aprender a arquivar e referenciar os papéis de trabalho
7. Conhecimento das ferramentas informáticas utilizadas	Deverá conseguir obter os diversos mapas de trabalho disponíveis na ferramenta informática e efetuar a sua correta interpretação
8. Realização de testes de conformidade e substantivos nos termos definidos no planeamento	Realizar os referidos testes com bases nos programas e mapas de trabalho previamente definidos Participação na execução dos mapas de trabalho de acordo com os objectivos pretendidos nas diferentes áreas
9. Conclusão sobre o trabalho efetuado nas áreas definidas no planeamento	Análise e interpretação dos resultados obtidos a partir dos testes de conformidade e substantivos desenvolvidos, os quais poderão variar consoante os níveis de risco definidos para cada cliente
10. Execução o trabalho com qualidade e eficiência	Realizar o trabalho com exactidão, correção e objetividade reduzindo a escrito, o conhecimento técnico adquirido e adequando os conteúdos aos objetivos e prazos definidos para os trabalhos executados
11. Desenvolvimento do trabalho	Capacidade em seguir instruções, disposição para cumprimento das tarefas, trabalho em equipa, e interesse pelo trabalho e aperfeiçoamento profissional

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Anexo 2 - Balanço antes da auditoria às demonstrações financeiras da empresa

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

XPTO – Sistemas de Informação

Valores em EURO

Página 1

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos intangíveis		3,709,969.47	2,988,404.30
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial		34,616,981.34	28,765,779.31
Activos por impostos diferidos		1,088,731.91	598,210.67
		39,415,682.72	32,352,394.28
Ativo corrente			
Clientes		2,151,371.89	1,369,344.09
Adiantamentos a fornecedores		3,122,358.27	874,749.94
Estado e outros entes publicos		17,233.45	137,975.99
Outras contas a receber		1,301,266.53	1,471,732.20
Diferimentos		959,174.31	
Activos financeiros detidos para negociação		32,190.00	25,670.00
Caixa e depósitos bancários		1,478,487.62	236,682.90
		9,062,082.07	4,116,155.12
		9,062,082.07	4,116,155.12
Total do ativo		48,477,764.79	36,468,549.40
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Realizado		1,000,000.00	1,000,000.00
Ações (quotas) próprias		(240,000.00)	(240,000.00)
Reservas legais		802,374.40	802,374.40
Outras reservas		30,890,728.20	25,642,429.56
Ajustamentos em activos financeiros		(2,176,989.81)	(2,176,989.81)
Outras variações no capital próprio		672,512.71	831,386.50
Resultado liquido do período		7,764,543.72	5,248,298.64
Total do capital próprio		38,713,169.22	31,107,499.29
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		5,520,833.50	4,708,333.42
		5,520,833.50	4,708,333.42
Passivo corrente			
Fornecedores		4,013,406.40	523,815.11
Estado e outros entes publicos		80,793.10	23,365.42
Outras contas a pagar		149,562.57	105,536.16
		4,243,762.07	652,716.69
Total do passivo		9,764,595.57	5,361,050.11
Total do capital próprio e do passivo		48,477,764.79	36,468,549.40

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Anexo 3 - Demonstração de Resultados antes da auditoria às demonstrações financeiras da empresa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

XPTO – Sistemas de Informação

Valores em EURO

Página 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
Vendas e serviços prestados		4,772,324.78	8,913,533.45
Subsídios à exploração		112,203.97	6,960.12
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		5,816,132.03	4,341,951.74
Trabalhos para a própria entidade		1,201,644.80	1,091,058.11
Fornecimentos e serviços externos		(3,298,678.27)	(6,840,138.63)
Gastos com o pessoal		(806,747.25)	(734,890.07)
Outros rendimentos		45,040.65	
Outros gastos		(14,161.97)	(4,887.18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7,827,758.74	6,773,587.54
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(480,079.63)	(1,402,287.14)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7,347,679.11	5,371,300.40
Juros e gastos similares suportados		(70,600.31)	(74,966.85)
Resultado antes de impostos		7,277,078.80	5,296,333.55
Imposto sobre o rendimento do período		(13,187.71)	(200,107.94)
Resultado líquido do período		7,263,891.09	5,096,225.61
Resultado líquido do período atribuível a:			

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Anexo 4 - Balanço após auditoria às demonstrações financeiras

Balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (valores expressos em euros)

XPTO – Sistemas de Informação

Rubricas	Notas	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	-	-
Ativos intangíveis	7	529.127	2.988.404
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	4.792.855	28.765.779
Ativos por impostos diferidos	10	615.137	598.211
		5.937.120	32.352.394
Ativo corrente			
Clientes	11	1.302.834	1.330.988
Estado e outros entes públicos	12	17.233	137.978
Outros créditos a receber	9	5.010.816	2.352.482
Diferimentos	13	959.174	-
Outros ativos financeiros		32.190	25.670
Caixa e depósitos bancários	4	1.544.138	299.039
		8.866.386	4.146.153
Total do ativo		14.803.506	36.498.547
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	1.000.000	1.000.000
Ações (quotas) próprias	14	(240.000)	(240.000)
Reservas legais	15	802.374	802.374
Outras reservas	15	30.890.728	25.642.430
Resultados transitados	15	(30.309.557)	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15	322.726	(1.345.603)
Resultado líquido	15	(2.174.237)	5.248.299
Total do capital próprio		292.035	31.107.499
Passivo não corrente			
Provisões	16	2.246.877	-
Financiamentos obtidos	17	4.645.834	4.020.834
		6.892.711	4.020.834
Passivo corrente			
Fornecedores	18	558.739	523.815
Estado e outros entes públicos	12	80.793	23.365
Financiamentos obtidos	17	908.292	717.498
Outras dívidas a pagar	19	6.070.936	105.536
		7.618.761	1.370.214
Total do passivo		14.511.471	5.391.048
Total do capital próprio e do passivo		14.803.506	36.498.547

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Sistemas de Combate à Fraude e as Expectativas dos Utilizadores de Informação Financeira na Detecção de Fraudes de Relato Financeiro

Anexo 5 - Demonstração de Resultados após auditoria às demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em euros)

XPTO - Sistemas de Informação

Rendimentos e gastos	Notas	31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	20	4.348.280	8.913.533
Subsídios à exploração	21	962.559	6.960
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	22	(3.047.893)	4.341.952
Trabalhos para a própria entidade	23	-	1.091.058
Fornecimentos e serviços externos	24	(3.196.571)	(6.840.139)
Gastos com o pessoal	25	(780.544)	(734.890)
Provisões (aumentos/reduções)	16	-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	(353.760)	-
Outros rendimentos	26	45.041	-
Outros gastos	27	(14.162)	(4.885)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(2.037.050)	6.773.590
Gastos/reversões de depreciação e amortização	28	(176.376)	(1.402.287)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.213.425)	5.371.303
Juros e rendimentos similares obtidos	29	-	-
Juros e gastos similares suportados	29	(70.600)	(74.969)
Resultado antes de impostos		(2.284.026)	5.296.334
Imposto sobre o rendimento do período	10	109.789	(48.035)
Resultado líquido do período		(2.174.237)	5.248.299

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado